

# Um diálogo sobre a construção da noção de tempo

Soraya Farias Aquino<sup>1</sup>

## RESUMO

Apresentamos aqui uma breve discussão sobre a noção de tempo desenvolvida por Norbert Elias, em busca de uma relação com a hermenêutica desenvolvida por Hans-Georg Gadamer em seu livro Verdade e Método. Procuramos estabelecer uma conexão entre as concepções de formação e experiência em Gadamer e sua relação com a noção de tempo em Elias, de como este é estruturado e como essa construção passou a ter relevância em nossas vidas.

**Palavras-chave:** Tempo, formação, experiência.

---

<sup>1</sup>Mestre em Sociologia e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

## UM DIÁLOGO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE TEMPO

Soraya Farias Aquino

### ABSTRACT

We present here a brief discussion of the concept of time developed by Norbert Elias, in search of a relationship with the hermeneutics developed by Hans-Georg Gadamer in his book Truth and Method. We seek to establish a connection between the concepts of training and experience in Gadamer and its relation to the notion of time in Elias, how this is structured and how this construction has to have relevance in our lives.

**Keywords:** Time, training, experience.

## 1. A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

“O espírito metodológico da ciência se impõe por toda parte”. É assim que Gadamer (2008), ainda no prefácio da 2ª edição de sua obra, inicia uma proposta de compreensão sobre a construção do conhecimento. É ainda na mesma introdução que ele explica que não tem intenção de “desenvolver uma „doutrina da arte” do compreender”, mas que tem a intenção filosófica de entender como um conhecimento é construído. Isso nos permitirá relacionar suas discussões em busca de uma compreensão da sociologia contemporânea, mais especificamente através da obra de Norbert Elias, em sua discussão Sobre o tempo.

Gadamer (2008, p. 16) inicia seu debate em torno do problema: “como é possível a compreensão?” Para ele, essa é uma “questão que precede a todo comportamento compreensivo da subjetividade e também ao comportamento metodológico das ciências da compreensão, a suas normas e regras.” É nesse sentido que ele parte da idéia de Dasein desenvolvida por Heidegger<sup>2</sup>, onde “a compreensão não é um dentre outros modos de comportamento do sujeito, mas o modo de ser da própria pré-sença (Dasein). É nesse contexto que pretendemos introduzir a problemática colocada por Elias, na sua busca em compreender o conceito de tempo e de como este tem sido construído.

Elias (1998, p. 98-99), destaca que ao longo dos séculos, dois fundamentos foram desenvolvidos em torno do conceito de tempo: o primeiro, parte da noção de tempo como um “elemento da ordem eterna da natureza”, sendo dado ao homem como qualquer outro elemento físico; no segundo, o tempo é entendido como uma “estrutura universal da consciência humana” (Dasein), encontrando-se presente no homem. Ele enfatiza que sobre isso, a questão colocada pelos filósofos é “em que medida o conhecimento presente “no” espírito humano corresponde aos objetos situados “fora” dele”?

Para Elias, essa maneira de colocar o problema cria uma separação entre o mundo interno e o mundo externo representando uma reificação conceitual da experiência e a reafirmação da diferença entre sujeito/objeto, onde o objeto passa a ser situado como o mundo que se encontra “fora” do indivíduo, enquanto o saber é encontrado “dentro” dele mesmo. Entretanto, “... o “saber”, assim como a “linguagem”, pressupõe uma pluralidade de sujeitos que se comuniquem entre si, e não apenas um indivíduo isolado” (ELIAS, 1998, p.100), o que na grande maioria das vezes, torna esse “saber” um patrimônio social, reforçando a ideia de que o conhecimento não é construído isoladamente e que a noção de tempo é uma construção social que foi estabelecida para nortear a vida humana. Sobre isso, Elias ainda coloca a seguinte questão:

(...) como irão esses seres humanos, providos da mesma bagagem genética que nós, apreender o mundo, se, por hipótese, nenhum saber lhes tiver sido transmitido, em particular nenhum saber de tipo conceitual, resultante de um longo processo que se estenda por gerações e seja marcado por um confronto contínuo e fecundo com a experiência e a conceitualização? Serão eles capazes, em termos imediatos, de ligar os acontecimentos, utilizando as noções de tempo ou de causalidade mecânica? (ELIAS, 1998, p. 51).

<sup>2</sup>Dasein, como uma analítica temporal da existência humana (GADAMER, 2008, p. 16).

Nesse sentido, podemos aqui inserir a discussão feita por Gadamer (2008), que ao trabalhar com a definição de formação como um dos conceitos básicos do humanismo, aponta as mudanças que sua compreensão suscitou. Para ele, o termo começou a ser usado ainda na Idade Média, pressupondo uma ligação com o exterior humano e tendo por fonte a própria natureza. Passou posteriormente a estar “ligado ao conceito de cultura”, designando “a maneira especificamente humana de aperfeiçoar suas aptidões e faculdades”; e finalmente chegando ao conceito de formação em Humboldt<sup>3</sup>, que ao diferenciar formação e cultura, permitiu que o termo formação passasse a “designar mais o processo de devir que o próprio processo”. Ao partir do devir, a idéia de formação passa a pressupor que tudo é preservado durante essa construção. Assim, o termo passa a ter um caráter histórico, ou seja, a formação passa a ser entendida como um processo de evolução e aperfeiçoamento constantes onde nada se perde. (GADAMER, 2008, p.45-46). Partiremos então da idéia de formação em Gadamer para a construção da noção de tempo em Norbert Elias.

## 2. A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE TEMPO

Como já vimos, na discussão sobre a compreensão do que seria o tempo, Elias (1998, p.09) aponta duas concepções que considera oposta: na primeira, o tempo seria “um dado objetivo do mundo criado”, não se distinguindo dos demais objetos da natureza; na segunda, “o tempo é uma maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana”, nesse caso, precedendo a experiência. Apesar de essa segunda concepção ter passado a ser predominante, para ele, ambas apresentam um dado natural, só que na primeira, o dado é objetivo e na segunda, o dado é uma representação “subjetiva”, presente na natureza humana. Por outro lado, ambas refletem uma tradição filosófica que supõe “que o processo de conhecimento tem um começo e que torna sempre a partir de um mesmo ponto” (op.cit., 2008, p.09).

Elias (1998) parte da idéia de que a noção do tempo representa uma síntese de alto nível, “uma vez que relaciona posições que se situam, respectivamente, na sucessão dos eventos físicos, no movimento da sociedade e no curso de uma vida individual.” (ELIAS, 1998, p. 17). Por não ser uma construção simples, a noção de tempo necessitou de um acúmulo de conhecimentos que foram se aperfeiçoando ao longo dos anos e se adequando de acordo com o que era indispensável dentro de cada sociedade.

A categoria tempo abrange em sua representação tanto a utilização das horas, minutos e segundos, dias, meses e anos, as concepções de antes e depois, a noção de passado, presente e futuro, assim como a contagem feita pela passagem dos anos de uma pessoa simbolizada pela idade, entre outras formas de apresentação. Essas idéias e símbolos, apesar de serem utilizados com frequência e sem tanta necessidade de explicação para o seu uso no nosso cotidiano, representam uma imensa capacidade de síntese dos conhecimentos acumulados. Para Elias,

Foram precisos vários milhares de anos para que a humanidade aprendesse a organizar o calendário de maneira a evitar a divergência que renascia ininterruptamente entre, de um

<sup>3</sup>Referimo-nos aqui a Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand, Barão Von Humboldt, filósofo e linguista alemão.

lado, as representações do tempo de origem humana, unidades simbólicas recorrentes, exigidas pela regulação da vida social, e, de outro, os mecanismos físicos que serviram de modelo para essas representações simbólicas. (ELIAS, 1998, p. 17-18).

Nesse sentido, compreendemos que o desenvolvimento da noção de tempo pode se relacionar com a idéia de formação, no momento em que este conceito evidencia um acúmulo de experiências que são gradativamente adquiridas, reorganizadas e aperfeiçoadas. É assim que “cada indivíduo já está sempre a caminho da formação e da superação de sua naturalidade, na medida em que o mundo em que está crescendo é formado humanamente em linguagens e costumes” (GADAMER, 2008, p. 50). Fazemos apenas a ressalva de que devemos encaminhar essa idéia de formação individual para a idéia de formação coletiva, onde a sociedade é levada à superação do mundo natural em busca de uma construção social intimamente ligada às necessidades do grupo, em uma perspectiva cultural. Gadamer ainda afirma que “O homem se caracteriza pela ruptura com o imediato e o natural, vocação que lhe é atribuída pelo aspecto espiritual e racional de sua natureza”, sendo a formação uma tarefa eminentemente humana. (GADAMER, 2008, p.47).

A compreensão que temos hoje sobre a noção de tempo, então, é o resultado dos progressos do saber acumulado. Mas, o que é o tempo? No mundo capitalista em que vivemos, o tempo que conhecemos é predominantemente o tempo do relógio. Em nossa correria do dia a dia, pouco paramos para pensar a respeito de como esse tempo interfere em nossas vidas, ou por quem ele foi estabelecido. Afinal, o tempo válido é o tempo do relógio ou existe um tempo que se perdeu e que não conseguimos mais reencontrar?

Se para compreender a noção de tempo pressupõe-se uma capacidade e “um poder de síntese acionado e estruturado pela experiência” (ELIAS, 1998, p.33), para que esta noção seja construída são necessárias as percepções que surgem da aprendizagem e de experiências prévias que são elaboradas tanto individualmente quanto no suceder das gerações, sendo estas experiências aprimoradas e ampliadas pelos meios humanos de orientação. Para Elias (1998),

(...) o poder de síntese de que nossa espécie é dotada teve de ser acionado e estruturado pela experiência, ou, mais exatamente, por uma série de experiências que se estenderam por inúmeras gerações, a fim de que os homens chegassem à representação mental que possuímos das seqüências temporais... (ELIAS, 1998, p. 33-34).

Ou seja, a experiência sobre a construção da noção de tempo apesar de passar por uma constante modificação, permitiu, entretanto, que sua explicação fosse elaborada, tendo a ciência um importante papel nesta construção. Elias (1998, p. 87) cita a obra de Galileu como uma importante guinada para o desenvolvimento da noção de tempo, que, através de seus experimentos sobre a aceleração, contribuiu “para o lançamento de uma nova concepção, “centrada na natureza”, do tempo físico”. Na verdade, esse foi o resultado de um longo processo de desenvolvimento, de muitos anos de observação e reflexão anteriores, onde Galileu, ao rebater o pensamento aristotélico de que “a velocidade de um corpo em queda livre era proporcional ao seu peso” (op. cit., 1998, p.90) permitiu que ele chegasse àquelas conclusões.

Para Gadamer (2008, p. 454), a falta de uma teoria da experiência faz com que o pensamento científico prevaleça, não permitindo que ela (a experiência) seja percebida em sua historicidade interna, pois “o objetivo da ciência é tornar a experiência tão objetiva a ponto de anular nela qualquer elemento histórico”. Nas ciências naturais, isso é alcançado pelo método, e nas ciências do espírito, pelo método da crítica histórica, pois para a ciência, “uma experiência só é válida, na medida em que se confirma; nesse sentido, sua dignidade repousa no princípio que reza que ela pode ser reproduzida...” (op. cit. 2008, p. 454). Isso equivale a dizer que, em essência a própria experiência suspende sua história, valendo inclusive para as experiências presentes no cotidiano. Nesse caso, para a ciência,

(...) o fato de que a experiência seja válida enquanto não é contradita por uma nova experiência (...) caracteriza evidentemente a essência geral da experiência, independentemente de que se trate de sua produção científica no sentido moderno ou da experiência da vida cotidiana tal como vem se realizando desde sempre. (GADAMER, 2008, p. 458).

Desde Descartes acreditava-se que a percepção humana era inata e não construída socialmente, sendo que esse conhecimento construído a priori<sup>4</sup> e imutável já se encontrava presente no indivíduo. A ideia de mutabilidade do tempo só ganhou força na era moderna com os estudos de Einstein, significando que o conceito de tempo é construído e que necessita de um acúmulo de saberes, que só a experiência pode oferecer. Para Elias (1998),

(...) foi a Einstein que coube evidenciar que o tempo é uma forma de relação, e não, como acreditava Newton, um fluxo objetivo, um elemento da criação nas mesmas condições que os rios e as montanhas visíveis, e tão independente quanto eles da atividade determinativa dos homens, a despeito de seu caráter invisível. Mas o próprio Einstein não foi muito longe e não conseguiu escapar por completo à coerção do fetichismo verbal. À sua maneira ele restituiu substância ao mito do tempo reificado, através, por exemplo, de fórmulas que sugeriam que o tempo, em certas circunstâncias, podia contrair-se ou dilatar-se. Ele só evocou os problemas do tempo dentro dos limites do quadro de referência dos físicos... (ELIAS, 1998, p.38).

Fica então claro que Einstein ao analisar a questão do tempo, se prendeu apenas ao tempo físico, sem levar em consideração o tempo social, permanecendo a ideia de separação entre o social e o natural. Isso se apresenta como um dos problemas que interferem em uma compreensão da noção de tempo, o que veremos a seguir.

<sup>4</sup>Em Kant, são os elementos de conhecimento que independem da experiência. (DUROZOI e ROUSSEL, 1993, p. 33).

### 3. OS PROBLEMAS QUE INTERFEREM NA COMPREENSÃO SOBRE A NOÇÃO DE TEMPO

Sobre os problemas que se estabelecem para uma compreensão equivocada da noção de tempo, Elias (1998, p. 77) aponta a distinção conceitual entre tempo e espaço, a compreensão evolutiva da noção de tempo e a separação entre o natural e o social. Passaremos agora para uma breve discussão sobre esses problemas.

O primeiro problema se refere aos padrões de medida de tempo que são diferentes dos relativos aos de medida do espaço, dificultando a elaboração de normas e conceitos temporais e aumentando a tendência à redução dos processos, tornando oculta a natureza do tempo. Ao ser tempo e espaço conceitos básicos de nossa tradição social e serem representados por símbolos que orientam uma posição e/ou o intervalo entre essas posições, sua percepção e determinação somente são possíveis em um nível de evolução social em que se tenha “aprendido a tratar os acontecimentos e a refletir sobre eles com a ajuda de instrumentos de orientação” (ELIAS, 1998, p.80), o que exige um elevado nível de generalização e síntese. Ao estabelecer conceitos diferenciados para as relações que se estabelecem nesse nível, passamos a ter a impressão de que tempo e espaço encontram-se separados, quando na verdade, estes são “eventos que se produzem sucessivamente e se encontram presentes em uma série evolutiva contínua”. Fica assim ausente a ideia de que “toda mudança no „espaço” é uma mudança no „tempo” e que toda mudança no „tempo” é uma mudança no „espaço”.

O segundo problema diz respeito à evolução do tempo, onde sua determinação saiu de uma visão “pontual, descontínua e situacional para uma trama temporal contínua” (ELIAS, 1998, p.77). Para Elias, “o que chamamos de tempo nada mais é do que o elemento comum a [uma] diversidade de processos específicos que os homens procuram marcar com a ajuda de relógios ou calendários”, determinando processos variados que acabaram por criar um fetiche do tempo que se estabelece no nosso dia a dia. Isso então é um processo de longa data que passou a ser alterado conforme as sociedades foram desenvolvendo relações sociais mais complexas. Mas é o entendimento da evolução como ideia de progresso que leva à compreensão de que o posterior encontra-se em superioridade com relação ao anterior, representando um forte problema nesse entendimento de evolução.

O terceiro problema se encontra na relação que se estabelece entre natureza e sociedade, que com sua separação criou uma distinção entre espaço físico e espaço social, assim como com o tempo vivido. Com base nesse axioma do universo dividido fica difícil estabelecer alguma relação entre o natural e o social. Temos então de um lado, a natureza como “um conjunto de fenômenos representados por leis imutáveis, e de outro, os homens e seu mundo social, artificial, arbitrário e desprovido de estrutura”. (ELIAS, 1998, p. 93). Os campos do saber separados criam uma perspectiva de que os eventos naturais ocorrem independentes dos sociais e que os eventos sociais não dizem respeito ou têm qualquer relação com os eventos naturais. Mas isso nem sempre ocorreu dessa forma, sendo essa maneira de ver o mundo uma parte de um longo e lento processo, que foi aos poucos estabelecido a partir do momento em que “uma cronologia centrada no mundo físico separou-se da antiga cronologia, centrada no homem”. (op. cit., 1998, p. 85).

Apesar de o homem sempre ter utilizado instrumentos para a medição do tempo, em geral esta utilização encontrava-se presa à percepção do ambiente natural, sendo que era pela natureza que essa orientação se concretizava. Assim ele se orientava pelo sol, pela lua, pelas estrelas, mas

não tinha “um padrão fixo para avaliar a duração dos acontecimentos” (ELIAS, 1998, p. 35) e nesse sentido, a experiência do tempo ficava ausente. Somente com o desenvolvimento dos conceitos relativos ao tempo é que as sociedades passaram a ter mais autonomia com relação à natureza. Essa construção social foi fortemente alimentada pelos acontecimentos sociais, pelo processo de urbanização, pelo comércio e pela mecanização. Dessa forma o homem foi criando símbolos em substituição aos elementos naturais, surgindo assim algumas unidades de tempo como o dia, o mês e o ano. Isso aos poucos foi sendo agregado a formas de orientação mais complexas do tempo.

O interessante é que esse afastamento e essa independência com relação à natureza acabaram por reforçar uma dualidade, que pressupõe a existência de dois mundos, e que o humanismo não conseguiu evitar, ao afirmar a irredutibilidade do homem ao determinismo da natureza e à onipotência da coletividade (DUROZOI e ROUSSEL, 1993, p. 33), e que hoje insistimos em alterar. Isso se refere à distinção entre sociedade e natureza, sujeito e objeto, como se um estivesse ausente no outro, criando uma percepção equivocada do mundo e da realidade. É nesse sentido que Elias (1998) sugere que,

Enquanto não tivermos presente no espírito essa relação indissolúvel entre os planos físico e social do universo – enquanto não aprendermos a ver o surgimento e o desenvolvimento das sociedades humanas como um processo que se desenrola no interior do vasto universo alheio ao homem - não conseguiremos apreender um dos aspectos essenciais do problema do tempo: o “tempo”, no contexto da física e, portanto, no da tradição dominante da filosofia, é um conceito que representa um nível altíssimo de síntese, ao passo que, na prática das sociedades humanas, reduzem-se a um mecanismo de regulação cuja força coercitiva percebemos quando chegamos atrasados a um encontro importante... (ELIAS, 1998, p.38).

É essa separação entre os campos de visão e de investigação e a forte influência da filosofia tradicional sobre os estudos do tempo que os limitam a uma perspectiva de curto prazo, não ampliando dentro da sociologia a própria visão sobre os problemas relacionados ao tempo.

O tempo pressupõe uma historicidade e a maneira como é empregado, algumas vezes de forma substantivada contribui para a ideia de que ele é algo que ocorre dentro do tempo/espço. Dessa forma, alterar este campo de visão somente é possível com o seu emprego dentro de uma forma verbal, que passa a representar uma atividade humana objetivamente dada.

A palavra tempo,

(...) designa simbolicamente a relação que um grupo humano, ou qualquer grupo de seres vivos dotado de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida. (ELIAS, 1998, p.39-40).

Alguns elementos da natureza foram utilizados para esse papel durante muito tempo, entretanto, a imprecisão dada ao seu uso em situações do dia a dia encaminhou para a criação de um padrão de medidas que atendessem aos interesses práticos. Foi assim que os relógios, os calendários e o estabelecimento das eras passaram a ser utilizados. Os relógios são “contínuos evolutivos”, processos físicos dotados de um desenrolar contínuo, elaborados pelo homem e padronizados em algumas sociedades para servir de quadro de referência e escala de medida a outros processos de caráter social ou físico” (ELIAS, 1998, p.40). Um *continuum* inter-relacionado corresponde a uma conjugação de elementos que propiciam a construção de um *continuum* individual que tem sua base em um *continuum* social. Mas este *continuum* padronizado somente pode ser encontrado em sociedades altamente industrializadas. Nesse sentido, as relações temporais “são relações de níveis múltiplos e grande complexidade”, sugerindo que

Toda vez que, em sociedades como a nossa, fazemos a nossa própria vida desempenhar o papel de quadro de referência para a determinação temporal de outras mudanças, estamos implicitamente erigindo, como padrão de medida do *continuum* que nós mesmos constituímos, um certo *continuum* evolutivo socialmente desenvolvido e padronizado, qual seja, a numeração dos anos de calendário no interior de uma era. (ELIAS, 1998, p.41).

Isso significa que a vida em sociedade nos obriga muitas vezes a disciplinar o ritmo biológico, levando-nos a superar a determinação passiva do tempo. O relógio fisiológico passa a ser pautado no relógio social e a determinação do tempo passa a representar, em síntese, uma atividade de integração. O percurso da história e o próprio desenvolvimento das sociedades podem nos oferecer uma boa explicação de como se deu essa passagem. Mas neste momento procuraremos buscar a compreensão de como o “saber” sobre o tempo foi sendo construído.

A contagem dos anos que passam representados pela idade também é uma maneira de estabelecimento o tempo. Essa é uma forma de construção da identidade pessoal, que representa “um *continuum* de mudanças” que “pressupõe um imenso patrimônio de saber”, pois reflete as regularidades biológicas. Sobre isso, Elias (1998, p.56) diz que “muitos indicadores mostram que a imagem de si mesmo, o sentimento de identidade pessoal, era muito mais impreciso e menos fortemente organizado em estágios anteriores da evolução da humanidade” e que,

(...) na falta de um longo desenvolvimento prévio do saber, os homens dificilmente poderiam perceber a uniformidade e a regularidade que marcam a seqüência dos acontecimentos em toda a extensão que deles conhecemos hoje em dia. Sem um vasto conhecimento dessas regularidades, como poderiam eles desenvolver conceitos decorrentes de um altíssimo nível de síntese, tais como “vida”, “natureza” ou “entendimento”? (ELIAS, 1998, p. 56).

Na idade vemos representadas as diferenças biológicas, psicológicas e sociais que interferem na vida dos indivíduos, onde a escala temporal parece ter uma “força coercitiva e um processo irreversível”, passando a desempenhar um importante papel na construção da identidade

pessoal através do tempo. Dessa forma, “a imagem que os homens têm de si, ou sua experiência de si mesmos [...] não é independente do patrimônio de saber que eles dispõem, nem tampouco isolável de sua experiência do mundo em geral” (ELIAS, 1998, p. 58). Ou seja, ela faz parte de um todo social, modificando-se à medida que este muda.

Ao dizermos que o “tempo passa”, estamos nos referindo a mudanças contínuas em nossas vidas, que ao mesmo tempo em que implica a instituição de uma ligação entre processos contínuos, também significa o “estabelecimento de uma relação, no seio de uma mesma sequência de acontecimentos, que produz o “mais cedo”, o “mais tarde”, o “antes” e o “depois”. Aqui a memória tem um papel decisivo, pois o “antes” e “depois” traduzem a capacidade humana de abarcar numa só representação acontecimentos que não ocorrem ao mesmo tempo, e que tampouco são experimentados como simultâneos (ELIAS, 1998, p. 61-62).

Outra maneira de se referir ao tempo de forma corriqueira é o uso dos termos “passado”, “presente” e “futuro”, que representam uma estrutura temporal da sequência de acontecimentos e “expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e a experiência que uma pessoa ou grupo tem dela”. As ideias desse conjunto se relacionam com o “ano”, “mês” e “hora”, como síntese dessa estrutura temporal, representando “sequências contínuas de acontecimentos de duração variada” (ELIAS, 1998, p. 62-63). Ainda para Elias (1998),

Nas sociedades humanas, a experiência vivida de sua estrutura evolutiva pode contribuir para modelar o desenrolar dos próprios processos sociais. Por isso é que a experiência vivida das sequências de acontecimentos é parte integrante, na ordem social, do próprio desenrolar dessas sequências. Mas isso não acontece com relação ao que chamamos de “natureza”, isto é, a dimensão física do universo (ELIAS, 1998, p. 65).

Isso se refere apenas ao primeiro caso, “onde a causalidade mecânica passa, com ou sem razão, pelo modo representativo de ligação”, onde é atribuído aos próprios homens o desenrolar desses acontecimentos. Exceto pela experiência vivida, as ideias de passado, presente e futuro não têm qualquer sentido dentro do mundo “natural”. É nesse sentido que a existência de uma desigualdade entre a realidade física e a realidade humana se insere na problemática do tempo. (ELIAS, 1998, p. 65-69).

Por outro lado, ao nos referirmos às unidades temporais de “ano”, “mês”, “hora” ou “minuto”, devemos ter em mente que estes “são intervalos padronizados que se repetem entre uma posição anterior e uma posição posterior de uma unidade de mudança”. Estas unidades determinam a duração ou a velocidade de eventos que servem como orientação no interior do mundo, atestando o caráter simbólico do tempo, ao mesmo tempo em que passa a ser um instrumento de regulação da conduta humana.

Partindo da ideia de que o ser humano é motivado pelas necessidades que se apresentam Elias (1998, p.54), sugere que quando não existe um saber que foi adquirido anteriormente, suas realizações se limitam apenas a atender a estas necessidades, não sendo possível a construção de um conhecimento tão complexo quanto o de tempo ser desenvolvido em apenas uma geração, pois

a “experiência da sucessão dos acontecimentos seria amplamente diferente da representada pelo conceito de „tempo“. Mesmo no caso de noções que exigem uma menor capacidade de síntese, não estariam ao seu alcance, posto que a construção do conhecimento e a capacidade de sua síntese em um conceito exigem “uma longa tradição de saber e aprendizagem”. Para ele, os “progressos do saber podem exercer uma influência no conceito de “tempo”, a partir de uma noção já inicial do que aquilo representa, sendo aperfeiçoado.

Para concluir, o tempo só existe enquanto símbolo social utilizado pelas diversas sociedades, tornando-se uma segunda natureza ao proporcionar uma forma de regulação social que foi aperfeiçoado ao longo de séculos e se adequando em cada momento histórico e a cada sociedade, de acordo com suas necessidades de uso. Ou seja, “o que chamamos de „tempo“ nada mais é do que o elemento comum a essa diversidade de processos específicos que os homens procuram marcar com a ajuda de relógios ou calendários” (ELIAS, 1998, p.84), constituindo um aspecto do desenvolvimento da sociedade, que não foi planejado nem produzido por ninguém, mas que é socialmente adquirido e internalizado, passando a ser o resultado do desenvolvimento da própria civilização.

## REFERÊNCIAS

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de filosofia**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I** – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2008.